

A Dunicamp

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp • Campinas, São Paulo • nº 01 • 12/02/2004

2004: UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ALVO

Está na imprensa: a reforma universitária é um dos atuais alvos do governo, junto com a reforma trabalhista e a reforma sindical. Anuncia-se que até o mês de julho haverá um projeto de reforma universitária a ser encaminhado para votação no Congresso Nacional no segundo semestre de 2004.

Um documento produzido pelo GT Interministerial, criado por decreto em 20/10/03, composto por membros da Casa Civil e da Secretaria Geral da Presidência da República e dos ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e até da Educação apresenta uma “análise da crise atual das universidades federais” e adianta propostas para orientar essa reforma. Este

documento espera aprovação do governo, mas medidas nele sugeridas já estão sendo implementadas, como a criação de um grupo de trabalho para elaborar o documento a ser enviado ao Congresso – até o momento, sabemos da nomeação, pelo novo Ministro da Educação, da reitora da UFRGS (que preside a ANDIFES) para compor este grupo.

A ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) também apresentará uma proposta, prometida para o mês de abril, assim como um grupo da USP já lançou um documento que vem circulando, inclusive via e-mail, e aos quais a imprensa vem se referindo (todos estes documentos estão disponíveis na ADunicamp).

Na verdade, a reforma da universidade já vem sendo implementada por baixo do pano, via Medidas Provisórias e Projetos de Lei em tramitação no Congresso:

✓ Já foi criado o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior (MP 147, de 15/12/03. Agora vai-se discutir os critérios a serem adotados pelo Sinapes.

✓ Projeto de Lei Complementar, do deputado Eduardo Valverde (PT/RO) apresentado em 11/12, institui uma Lei Orgânica da Autonomia Universitária, desconsiderando que a autonomia plena já está garantida no artigo 201 a Constituição Federal – como entende o movimento docente e seu sindicato nacional, o ANDES –. Tal projeto, em tramitação no Congresso, prevê que cada universidade poderá estabelecer seu próprio quadro de pessoal, criar, transformar e extinguir cargos e funções “no

limite de sua capacidade orçamentária”, colocando as universidades à mercê de “boas” ou “más” administrações.

✓ Proposta de Emenda Constitucional, tramitando desde abril/2003 (deputado Mendes Ribeiro Filho, PMDB/RS) que, se aprovada, permitirá ao governo financiar as instituições privadas utilizando o recurso das bolsas. Aliás, proposta que o atual ministro da Educação acaba de encampar: ocupar as vagas ociosas das universidades privadas (37% do total de suas vagas) para atendimento à população de baixa renda que não consegue vagas nas universidades públicas (e garantir lucros para os donos das faculdades??).

ASSEMBLÉIA GERAL

18 de fevereiro de 2004 (quarta-feira), às 12 horas

Local: Auditório da Adunicamp

Pauta: Delegados da Adunicamp ao 23º. Congresso do ANDES/SN

Participe!

✓ Mais badalada na imprensa é a PEC 217/2003, da deputada Selma Schons (PT/PR), que prevê, como “contribuição social”, que os formados (na graduação ou pós graduação) em instituições públicas passem a descontar uma parcela de seus salários como profissionais como forma de financiamento da universidade pública. Aliás, essa é uma das propostas listadas no documento do Grupo Interministerial de que falamos acima. Não foi unânime, mas aparece como uma das “soluções” pensadas para resolver a “crise financeira” da universidade pública, como a alíquota adicional no IR, cobrada de ex-alunos.

✓ Outra destas “soluções” é a retirada dos inativos do orçamento das universidades, propondo que a folha de inativos seja assumida pela Previdência Social.

✓ A Medida Provisória que cria cotas para negros só não foi enviada ao Congresso porque o ministro que assumiu a pasta da Educação parece ter resolvido repensar um pouco a questão das cotas – uma forma de financiar as pobres universidades particulares em dificuldades para preencher suas vagas fazendo-as ocupar pelos pobres que também são negros que também são pobres???

Bem nos avisou o primeiro ministro José Dirceu: o pau está comendo!

Nesta altura já conhecemos como joga (não estamos falando do futebol) o governo e como funciona essa atual “democracia” lulista. Tivemos uma inequívoca amostra dela durante a discussão da reforma da (im)Previdência – basta lembrar como foram as audiências públicas; como a tropa de choque foi posta na rua durante as marchas em Brasília ou como o Congresso foi fechado para que nele não penetrassem baderneiros, ou seja, nós, funcionários públicos...

A reforma da (im)previdência rende seus frutos:

✓ Alckmin já abocanha os 5% dos nossos salários (cadê nossos 14,45% de reajuste tão chorados??). Nossa liminar foi cassada mas, com esperança, lembramos que o mérito da ação ainda será julgado.

✓ O sub-teto estabelecido pelo governador atinge parte dos docentes da Unicamp com diminuição de salários e, principalmente, atinge todos nós porque inviabilizará futuros reajustes ou acabará de vez com a carreira docente.

A ADunicamp conseguiu liminar sustando a aplicação do sub-teto em nome de seus associados. Esperamos que essa não seja cassada – afinal, o Supremo estabeleceu um sub-teto para os funcionários federais que corresponde ao do juiz do STF (e não ao salário do Presidente – afinal, quanto ganha ele que pode até comprar um avião??).

O que nos estará reservado com a Reforma Universitária? É hora de nos mexermos antes que seja ainda mais tarde!

A ADunicamp está organizando um Ciclo de Debates sobre a Reforma da Universidade, a se iniciar no dia 18/3. Nosso primeiro debatedor, já confirmado, é o professor Francisco de Oliveira.

O governo Lula não dorme em serviço e já vem mexendo seus pauzinhos em várias frentes, como apontamos acima. Conforme já disse o substituto do professor Cristovam Buarque no Ministério da Educação a “reforma não é para agradar à universidade” (manchete de O Estado de SP em 3/2/04).

Agradará a quem?

Ao Banco Mundial? Ao FMI?

**Não podemos deixar acontecer o que
Drummond prevê no seu poema “Hino
Nacional” (Brejo das Almas):**

*Precisamos educar o Brasil.
Compraremos professores e livros,
assimilaremos finas culturas,
abriremos dancings e subvencionaremos as
elites.*

*Cada brasileiro terá sua casa
com fogão e aquecedor elétricos, piscina,
salão para conferências científicas.
E cuidaremos do Estado Técnico.*